



ENTRE COLUNAS

BIBLIOTECA DIGITAL  
DE PESQUISAS MAÇÔNICAS



***HISTÓRIA  
INSTITUCIONAL  
DA MAÇONARIA  
BRASILEIRA***

Márson Al quAti

© 2019 by Márson Alquati.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.

Autorizo a reprodução e divulgação total e/ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

### FICHA CATALOGRÁFICA

**G002c2**

Alquati, Márson, 1972 –

***História Institucional da Maçonaria Brasileira.*** Márson Alquati – 2019. – Nova Roma do Sul, RS – Entre Colunas: Biblioteca Digital de Pesquisas Maçônicas: História da Maçonaria/A Maçônica História do Brasil.

34 páginas.

1. Maçonaria. 2. História do Brasil. 3. Sociedades Secretas.

**G002c2**

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

#### Como citar este documento:

ALQUATI, Márson. *História Institucional da Maçonaria Brasileira*. In: História da Maçonaria: A Maçônica História do Brasil. Nova Roma do Sul, RS: Entre Colunas Biblioteca Digital de Pesquisas Maçônicas, 2019. Disponível em: <https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>. Acessado em: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

Acesse outros trabalhos do autor:

<https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>

## **SUMÁRIO**

I – HISTÓRIA INSTITUCIONAL DA MAÇONARIA BRASILEIRA.....	04
II – PRIMÓRDIOS DA MAÇONARIA NO BRASIL.....	05
III – A LOJA “COMÉRCIO E ARTES”.....	12
IV – O ALVARÁ DE 30 DE MARÇO DE 1817.....	13
V – A MAÇONARIA À ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA.....	14
VI – AS PRIMEIRAS POTÊNCIAS BRASILEIRAS.....	19
VII – OS GRANDES ORIENTES INDEPENDENTES.....	29
VIII – BIBLIOGRAFIA.....	33



# ENTRE COLUNAS

BIBLIOTECA DIGITAL  
DE PESQUISAS MAÇÔNICAS



## *HISTÓRIA INSTITUCIONAL DA MAÇONARIA BRASILEIRA*

Concordo com o historiador Marcelo Linhares<sup>1</sup>, quando o mesmo afirma que:

*“No Brasil, país novo, necessitando encontrar os seus verdadeiros caminhos, foi na Maçonaria que os patriotas procuraram abrigo, visando encontrar soluções para a Pátria”.*

<sup>1</sup> LINHARES (1997, p.149).

## **OS PRIMÓRDIOS DA ORDEM NO BRASIL**

Assim, podemos afirmar que a Maçonaria no Brasil, enquanto Instituição tem a sua história intrinsecamente relacionada com os grandes momentos que o país atravessou ao longo de todo o Período Colonial, do Império e da República.

A leitura e o estudo de diversos autores, historiadores acadêmicos, profanos e maçônicos, fontes históricas, revistas, artigos, atas, boletins e periódicos pesquisados e analisados só reforçam a conclusão de que a Maçonaria sempre esteve presente nos principais acontecimentos políticos brasileiros, com participação efetiva e crucial para o desenrolar dos mesmos, senão como Ordem propriamente dita, através de alguns dos seus mais ilustres membros.

A introdução da “Ordem” no Brasil resultou das transformações ocorridas em Portugal a partir das reformas pombalinas. A sociabilidade maçônica foi trazida na bagagem dos jovens brasileiros que iam estudar na Universidade de Coimbra. Muitos destes estudantes brasileiros prosseguiram seus estudos em universidades inglesas e francesas, nas quais aprofundavam seus vínculos com os círculos maçônicos europeus. A Faculdade de Montpellier, muito procurada pelos estudantes brasileiros na época, constituía-se em um dos núcleos de “pedreiros-livres” mais conhecidos do sul da França<sup>2</sup>. Montpellier, situada a 752 km de Paris, era, na época, um foco irradiador das novas ideias que tomavam conta do mundo, em cujo local funcionava uma universidade das mais célebres de então, com faculdades de medicina, ciências e letras, além de dez Lojas Maçônicas instaladas e em plena atividade.

Segundo Manoel Arão<sup>3</sup>, no fim do século XVIII, três núcleos maçônicos – ainda que não regularmente constituídos – teriam agido e acionado, naquele tempo, os germes de onde se irradiou e de que se condensou o primeiro período

---

<sup>2</sup> PONTES (2010, p.11).

<sup>3</sup> (ARÃO, 1926).

histórico da Maçonaria no Brasil. Esses três núcleos principais foram: o que agiu de acordo com a Conjuração Mineira; o que constituiu o célebre “Areópago de Itambé”; e o que, mais tarde, se fixou no Rio de Janeiro.

Nicola Aslan<sup>4</sup>, por sua vez, afirma que desde 1752 havia no Rio a “Associação Literária dos Seletos”; 1759 a “Academia dos Renascidos”, na Bahia; 1772 a “Ci-tentífica”, no Rio; 1786 a “Arcádia Ultramontana”, também no Rio; 1796 o “Areópago de Itambé”, em Pernambuco. Todas sociedades secretas e a última, dizem, organizada nos moldes de Loja Maçônica.

Agora, quanto à questão sobre qual teria sido a primeira Loja Maçônica a funcionar no Brasil, não existe um consenso entre os historiadores. As opiniões divergem e muito, embora fiquem todas restritas a um período de pouco menos de 80 anos, situado entre 1724 e 1801.

Kurt Prober<sup>5</sup> ressalta que a primeira Loja Maçônica no Brasil, mesmo que irregular, foi a “Academia Brasileira dos Esquecidos”, fundada em 1724, onde teria sido Iniciado o Padre Gonçalo Soares de França e à qual pertenceram o Coronel Sebastião da Rocha Pitta, notável historiador da época e o Desembargador Caetano de Brito, mas cujas atas teriam sido queimadas durante a última sessão ocorrida em 04 de fevereiro de 1725.

Logo, a existência de Lojas Maçônicas no século XVIII, que antes era apenas uma possibilidade repleta de presunção, se transforma agora em quase certeza.

Álvaro Palmeira<sup>6</sup> também acredita nisso, quando nos informa que:

*“A atividade maçônica no Brasil começou muito antes da Independência. A Maçonaria introduziu-se no Brasil na segunda metade do Século XVIII. Surgiu em quatro orientes, nesta ordem: Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco.*

---

<sup>4</sup> (ASLAN, 1998).

<sup>5</sup> (PROBER, 1975).

<sup>6</sup> PALMEIRA (in: “8ª Aula do Seminário Geral de Mestres Maçons – na 4ª parte: Os Primórdios da Maçonaria no Brasil”).

*Eram maçons emigrados, ou aqui 'Iniciados', sobretudo portugueses que aportavam ou brasileiros que retornavam à Pátria”.*

Outra vertente de historiadores afirma que a primeira referência a uma Loja Maçônica brasileira de que se tem notícia é que a mesma teria funcionado em águas territoriais da Bahia, ainda em 1797, a bordo da fragata francesa “*La Preneuse*”, Loja esta denominada “Cavaleiros da Luz”, pouco tempo depois transferida para a Barra, um bairro de Salvador.

Ainda sobre a Loja “Cavaleiros da Luz”, o pesquisador Hércule Spoladore<sup>7</sup> fornece maiores detalhes:

*“Em 14/07/1797 teria sido fundada uma Loja Maçônica a bordo da fragata francesa ‘La Preneuse’, na Bahia, pelo comandante Larcher, denominada ‘Cavaleiros da Luz’. Teriam sido seus fundadores: José da Silva Lisboa, padre Agostinho Gomes, Cipriano Barata, Ignácio Bulcão, Francisco Muniz Barreto, Domingos da Silva Lisboa, José Borges Barros e o tenente Hermógenes de Aguiar Pantoja”.*

Essa informação, no entanto, não encontra qualquer respaldo documental, o que a torna bastante questionável do ponto de vista historiográfico.

De acordo com Nicola Aslan<sup>8</sup>, a primeira notícia que se tem de uma Loja Maçônica no Brasil, data do ano 1800. Segundo ele, as ‘*Efemérides*’ do Barão do Rio Branco consignam o testemunho do capitão francês Landolphe o qual, aprisionado, graças à sua qualidade de maçom, fora convidado pelo filho do Vice-Rei Conde de Resende, a assistir a uma ‘*feita maçônica*’ na Loja “União”. No relato de Landolphe, entre os que compareceram, “*estavam presentes no meio dos primeiros chefes militares e administradores da colônia, personagens revestidos das primeiras dignidades da Igreja*”. Esta Loja “União” que cinco maçons dispersos constituíram em 1800, trabalhava em Niterói, no antigo “Rito dos Doze Graus”.

---

<sup>7</sup> SPOLADORE (2015, p.20).

<sup>8</sup> ASLAN (1997, p.96).

Ainda segundo o referido autor, em 1801, ela se transformou na Loja “Reunião”, recebendo por meio do Irmão Laurent a Carta Constitutiva e os Estatutos Reguladores do Grande Oriente da Ilha de França, hoje denominada Ilhas Maurício, Potência Maçônica fundada em 1776 e subordinada ao Grande Oriente de França.

Portanto, comprovadamente podemos dizer que a primeira Loja “regular” do Brasil foi a “Reunião”, fundada em 1801, no Rio de Janeiro, filiada ao Oriente da Ilha de França (*Ille de France*), antigo nome das Ilhas Maurício, à época possessão francesa e hoje britânica<sup>9</sup>, e que a partir de então passou a trabalhar no Rito Adonhiramita.

Corroborando o relato acima, na obra “*Efemérides Brasileiras*” do Barão do Rio Branco<sup>10</sup> somos confrontados com a seguinte assertiva:

*“1800 – Uma divisão naval francesa, comandada pelo capitão Landolphe, tendo cruzado alguns dias perto da barra do Rio de Janeiro, fez algumas presas e seguiu nesta data para o Norte. Na altura de Porto Seguro encontrou-se com a esquadra do comodoro inglês Rowley Bulteel, e no combate renderam-se duas fragatas francesas. Os prisioneiros foram entregues no Rio de Janeiro ao Vice-Rei Conde de Resende. Refere o comandante Landolphe que foi bem tratado porque era ‘pedreiro-livre’. Um dos filhos do vice-rei levou-o a uma ‘festa maçônica’. Introduzido no recinto do Templo, diz ele, em suas memórias: ‘Ouvi com muito prazer o discurso do Venerável; mas o que me encheu de admiração foi ver nesse lugar, entre os primeiros chefes militares e administradores da colônia, personagens revestidos das primeiras dignidades da Igreja’”.*

O mestre em história da U.E.R.J. (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

---

<sup>9</sup> (CARVALHO, 2016).

<sup>10</sup> BRANCO (1938, p.425).

Frederico Guilherme Costa<sup>11</sup> discorre sobre um trecho extraído de “*Annaes Maçônicos Fluminenses*”, de 1832, cujo autor, embora pertencente ao “*Quadro Histórico da Maçonaria do Rio de Janeiro*”, permanece desconhecido; e que traz algumas pequenas alterações, como o nome da fragata e o nome do Comandante da mesma, por exemplo, mas que não mudam o contexto geral dos acontecimentos e nem o fato dessa Loja ter de fato existido ainda em 1800:

*“No ano de 1800, cinco maçons desses dispersos, formaram uma Loja e começaram, com inviolável segredo, a ‘Iniciar’ pessoas que gozavam de crédito, instruídas e bem morigeradas. Essa primeira Loja, que se chamou ‘União’, avultou logo em adeptos; e como nela se incorporassem outros maçons, que já então principiavam a trabalhar, em memória de concordarem todos em fazer um só corpo para melhor se coadjuvarem, chamou-se desde logo, ‘Reunião’. Já os maçons fluminenses trabalhavam com alguma regularidade no antigo ‘Rito dos Doze Graus’, quando feita a paz em Amiens, entrou neste porto a corveta ‘Hydre’, com destino à Ilha de Bourbon. E porque Mr. Laurent e mais alguns oficiais eram maçons, pediram para visitar a Loja e, cheios de admiração, à vista do zelo com que debaixo de tantos perigos se trabalhava, deram o atestado de seu reconhecimento e aceitaram contentes a ‘prancha’ (o mesmo que carta) que se lhes ofereceu, para filiar a Loja ‘Reunião’ no círculo do Oriente da Ilha de França, o que se efetuou, recebendo-se dali, por intervenção do mesmo Mr. Laurent, a carta de reconhecimento e filiação, os estatutos e reguladores que se costumam dar em tais casos”.*

Já em 05 de julho de 1802, maçons portugueses instalaram em Salvador, na Bahia, a Loja “Virtude e Razão”, que adotou o Rito Moderno, não se subordinando, porém, a qualquer Obediência Maçônica<sup>12</sup>. E que seria, segundo alguns autores, a sucessora da Loja “Cavaleiros da Luz” de 1797.

---

<sup>11</sup> COSTA (1999, p.42-43).

<sup>12</sup> ASLAN (1997, p.97).

Em 1804 foram fundadas no Rio de Janeiro as Lojas “Consciência” e “Filantropia”, patrocinadas pelo Grande Oriente Lusitano.

Em 1806, D. Marcos de Noronha e Brito (Conde dos Arcos), vice-rei do Brasil e ferrenho perseguidor da Maçonaria, levou ao encerramento das atividades das Lojas “Constância” e “Filantropia”, sobrevivendo apenas a da Bahia – “Virtude e Razão”.

Depois da fundação daquelas três primeiras Lojas “oficiais”, espalharam-se, nos primeiros anos do século XIX, Lojas nas províncias da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, livres, ou sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano e do da França.

Convém salientar que os governos coloniais da época tinham instruções precisas para impedir o funcionamento de Lojas no Brasil. Tanto assim que aquelas Lojas – “Constância” e “Filantropia” – foram fechadas em 1806 no Rio de Janeiro, cessando as atividades maçônicas nesta cidade, mas mesmo assim, continuaram se expandindo, principalmente na Bahia e em Pernambuco.

Em 30 de março de 1807, doze membros da Loja “Virtude e Razão” retiraram-se daquela oficina e fundaram a Loja “Virtude e Razão Restaurada”.

Em 1809 fundou-se em Olinda a Loja “Regeneração”, sendo considerada como a primeira Loja “regular” de Pernambuco. Curiosamente foi fundada por três membros da Igreja: padre João Ribeiro, padre Luiz José Cavalcanti e padre Miguel Joaquim de Almeida Castro.

Em 1812 fundou-se na Praia Grande, na freguesia de São Gonçalo, a Loja “Distintiva” e em Recife, a Loja “Restauração”.

Em 1813 foi instalado na Bahia, o “Grande Oriente Brasileiro”, formado pelas Lojas “Humanidade”, “Virtude e Razão” e “União”, todas de Salvador. Este Grande Oriente teve vida efêmera.

Já o historiador José Vasconcelos<sup>13</sup> afirma que José Joaquim da Rocha fundou, muito antes da nossa Independência, ainda em 1813, a Loja “Distintiva”, num recanto da antiga Praia Grande, atualmente Niterói. Não ostentava essa Loja o rótulo disfarçado de “Academia” com que geralmente se apresentavam as sociedades maçônicas daquele tempo. Seu nome era simbólico; e os sinais, toques e palavras de que se utilizava eram diversos dos que serviam às demais. Também o emblema era privativo: um índio, de olhos vendados, com as mãos agrilhoadas, tendo a presidi-lo a sombra de um gênio, como a querer libertá-lo da prisão. Era, pois, uma clara referência ao Brasil escravizado e o sentimento da Pátria, atento e velando por sua liberdade.

É citada também, em alguns livros, uma “Grande Loja Provincial” de Pernambuco, formada pelas Lojas “Restauração”, “Patriotismo” e “Guatimozin”, mas não são claras as datas de sua fundação. Estas Lojas teriam sido fundadas a partir de 1812. Juntamente com estas Lojas foram criadas mais duas: “Pernambuco do Oriente” e “Pernambuco do Ocidente”, que, segundo estes mesmos autores, teriam sido fundadas pelos negociantes Antônio Gonçalves da Cruz (Cabugá) e Domingos José Martins depois de 1814<sup>14</sup>.

Sobre essa “Grande Loja Provincial”, Nicola Aslan<sup>15</sup> nos conta que:

*“É igualmente mencionada, entre os anos de 1809 e 1816, a existência de várias Lojas em Pernambuco. Quatro delas, entre as quais as Lojas ‘Restauração’ e ‘Patriotismo’ chegaram a formar uma Grande Loja Provincial. Cita-se ainda as Lojas ‘Guatimozin’, ‘Pernambuco do Oriente’ e ‘Pernambuco do Ocidente’, entre outras. Todas estas Lojas tinham, porém, um cunho essencialmente político e preparavam uma revolução de caráter republicano. O movimento emancipacionista encabeçado pelos maçons, entre os quais padres, malogrou por ter eclodido*

---

<sup>13</sup> VASCONCELOS (1972, p.37).

<sup>14</sup> SPOLADORE (2015, p.20).

<sup>15</sup> ASLAN (1997, p.97-98).

*prematuramente. Nesta Revolução Pernambucana de 1817 muitos brasileiros patriotas perderam a vida”.*

## **A LOJA “COMÉRCIO E ARTES”**



O Rio de Janeiro, contudo, não podia ficar sem uma Loja, e apesar desta proibição os trabalhos prosseguiram com as Lojas “São João de Bragança” e “Beneficência”.

Em 24 de junho de 1815, no Rio de Janeiro, fundou-se a Loja “Comércio e Artes”, congregando os maçons Joaquim Gonçalves Ledo, Brigadeiro Domingos Alves Muniz Barreto, Tenente-Coronel José Joaquim da Gama e Silva, Major Francisco de Paula Vasconcelos, Brigadeiro Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, Desembargador Luiz José de Carvalho e Melo, José Severiano da Costa e outros<sup>16</sup>.

Um fato importante para a história do futuro “Grande Oriente do Brasil” foi que a Loja “Comércio e Artes”, fundada em 1815, conservara-se independente, adiando a sua filiação ao Grande Oriente Lusitano, porque os seus membros pretendiam criar uma Obediência 100% brasileira.

---

<sup>16</sup> GOMES (1975, p.41).

## O ALVARÁ DE 30 DE MARÇO DE 1817

Convém ainda salientar que no ano de 1817 ocorreram dois fatos de suma gravidade em termos de crime de lesa-majestade. Estouraram duas revoluções:

I) a Revolução Pernambucana de 1817, um movimento revolucionário, de caráter fortemente nacionalista, feito no sentido de implantar a República em Pernambuco;

II) Conspiração Liberal de Lisboa de 1817, liderada pelo Irmão General Gomes Freire de Andrade, ex-Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano.

Dado esse clima de sedição, tanto em Portugal quanto no Brasil, houve a expedição do famigerado “Alvará de 30 de março” de 1818, que proibia o funcionamento das sociedades secretas. As Lojas resolveram então cessar seus trabalhos, até que pudessem ser reabertas sem perigo. Os maçons, todavia, continuaram a trabalhar secretamente como no “Clube da Resistência”, fundado no Rio de Janeiro.

Sobre isso Nicola Aslan<sup>17</sup> descreve que:

*“Numa tentativa que tinha em vista debelar os movimentos libertários contra o absolutismo, D. João VI editou o ‘Alvará de 30 de março de 1818’, que teve curso tanto em Portugal como no Brasil. O decreto declarava criminosas e proibidas todas as sociedades secretas, quaisquer que fossem as suas denominações e punha um termo às atividades maçônicas no Brasil; aparentemente, pelo menos, pois as Lojas continuavam com o seu trabalho político em outros locais e sob novas denominações. Pode ser citado, por exemplo, o ‘Clube Recreativo e Cultural da Velha Guarda’, formado por Joaquim Gonçalves Ledo e outros patriotas, o qual manteve acesa a chama por um Brasil independente.*

Deste modo, pelo “Alvará de 30 de março de 1818”, assinado por D. João VI

---

<sup>17</sup> ASLAN (1997, p.98).

na Real Fazenda de Santa Cruz e referendado pelo Ministro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, proibiu-se o funcionamento das sociedades secretas<sup>18</sup>.

Mas um fato histórico que reforça a importância da Maçonaria no Brasil no início do século XIX foi a inusitada resposta do então Príncipe Regente D. João VI ao receber uma lista dos maçons que deveriam ser presos, proclamando atônito diante do tamanho da lista: “*mas foram estes que me salvaram*”<sup>19</sup>.

## A MAÇONARIA À ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA



Estourou então, a Revolução Liberal do Porto em 1820, liderada pelos maçons portugueses, exigindo a volta de D. João VI para Portugal. A partir daí os acontecimentos começaram a se precipitar. Ao mesmo tempo era desencadeada também na Espanha a Revolução de 1820. A ideologia liberal (leia-se: maçônica) começava a contestar os Estados Absolutistas da Península Ibérica.

<sup>18</sup> D'ALBUQUERQUE (1971, p.51).

<sup>19</sup> CORDEIRO (2008, p.23).

No Brasil, o ano de 1821 começou com uma série de acontecimentos político-militares que culminariam na Independência da Colônia. Como naquela época inexistiam os partidos políticos, foi necessária uma organização que coordenasse e mobilizasse o descontentamento político; e a Maçonaria brasileira emprestou a sua organização para tal fim. Voltava a mesma, então, à plena atividade.

O primeiro ato foi a sedição das tropas lusitanas, a 26 de fevereiro de 1821, que impunham ao rei D. João VI o juramento à Constituição portuguesa, o que provocou o início de uma intensa conspiração, entre os quais, muitos maçons, visando já à Independência do Brasil.

Os acontecimentos seguintes foram os de 20 e 21 de abril, quando houve a sedição dos eleitores, exigindo a permanência do Rei no País, o que provocou a pronta reação das tropas portuguesas, que garantiram o embarque da Família Real.

Todos esses fatos atraíram a atenção policial contra os maçons, o que não impediu, todavia, que a Loja “Comércio e Artes” voltasse a trabalhar secretamente, reerguendo suas colunas a 24 de junho de 1821. Agora com o nome de Loja “Comércio e Artes na Idade do Ouro”, sob os auspícios do Grande Oriente de Portugal, Brasil e Algarves.

Ao que o historiador maçônico Nicola Aslan<sup>20</sup> complementa:

*“Com o embarque de volta a Portugal de D. João VI, a 26 de abril de 1821, a regência do Brasil passou às mãos do Príncipe D. Pedro I. Reagrupando-se, os maçons do Rio de Janeiro reiniciaram, a 05 de junho, as sessões secretas da Loja ‘Comércio e Artes’, que foi novamente reinstalada oficialmente, a 24 de junho de 1821, sob o título distintivo de ‘Comércio e Artes na Idade de Ouro’, voltando a trabalhar no Rito Adonhiramita”.*

---

<sup>20</sup> ASLAN (1997, p.98).

No dia 09 de dezembro de 1821, José Joaquim da Rocha, antigo maçom, fundava em sua casa uma agremiação de caráter político, à qual denominou “Clube da Resistência”, tendo por companheiros: Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, Antônio Meneses de Vasconcelos Drumond, Joaquim José de Almeida, Luiz Pereira da Nóbrega e outros<sup>21</sup>.

A afluência de adesões foi tão grande nos meses seguintes que logo se pensou em criar uma “Obediência Nacional”, fato que teria lugar a 17 de junho de 1822, com a subsequente divisão da Loja “Comércio e Artes”, formando o trio de Lojas fundadoras do primeiro Grande Oriente nacional: “Comércio e Artes”, “União e Tranquilidade” e “Esperança”.

A partir deste momento, a Maçonaria brasileira deixava de ser um grupo heterogêneo de Lojas esparsas ou ligadas a algumas Obediências Estrangeiras para se transformar em mais uma célula do sistema obediencial mundial.

Em princípios em 1822, a Loja “Comércio e Artes” tinha em seu quadro 94 membros, número mais que suficiente para se desdobrar em mais duas Lojas e assim formar a primeira Obediência Maçônica brasileira. Criadas as Lojas “União e Tranquilidade” e “Esperança de Niterói”, foi fundado, em 17 de junho de 1822, o “Grande Oriente Brasileiro”.

Foram eleitos por aclamação, como seu Grão-Mestre José Bonifácio de Andrada e Silva; como seu Grão-Mestre Adjunto, o Marechal Joaquim de Oliveira Álvares, e como o seu Primeiro Grande Vigilante, Joaquim Gonçalves Ledo. Em seus primórdios, essa Loja trabalhava no Rito Moderno.

José Bonifácio, como Ministro do Reino, era, então, a figura principal do Gabinete do Príncipe Regente, desde 16 de janeiro de 1822. Foi o primeiro cidadão brasileiro a presidir um Ministério. Tinha 59 anos. Era poderosa a sua influência sobre D. Pedro e D. Leopoldina.

---

<sup>21</sup> GOMES (1975, p.58).

Para atrair D. Pedro à Maçonaria, Gonçalves Ledo sabia que, primeiro, deveria chamar a seu seio José Bonifácio e fazer dele o Grão-Mestre, o que não foi difícil, pois, também maçons eram os seus principais amigos e os seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco de Andrada e Silva.

Habilidosamente, porém, Ledo conservou para si próprio, o cargo de 1º Grande Vigilante, no qual continuaria como o verdadeiro chefe da Maçonaria brasileira, já que o Grão-Mestre Adjunto, Marechal Joaquim de Oliveira Álvares, concordara, fiel à orientação traçada, nunca exercer o cargo.

Com a fundação do “Grande Oriente Brasileiro”, o Brasil neste momento se preparava para a arrancada final que o conduziria à tão acalentada Independência. E então o movimento se tornou irreprimível, impulsionado pelos maçons, dentro e fora das Lojas.

Resumindo, a 17 de junho de 1822, fora criada a primeira Obediência Maçônica do Brasil – o “Grande Oriente Brasílico”, ou “Brasiliano”, com a finalidade principal de lutar pela Independência política do Brasil.

Para que fosse fundado o Grande Oriente, a Loja “Comércio e Artes” – criada em 1815, inativa após o alvará governamental de 1818 que proibia o funcionamento das sociedades secretas; e reerguida em 1821 – foi dividida em três Lojas, daí resultando, além dela mesma, a “União e Tranquilidade” e a “Esperança de Niterói”<sup>22</sup>.

Abaixo segue um breve apanhado dos primórdios da Maçonaria no Brasil até a fundação do primeiro “Grande Oriente do Brasil”, a mais antiga Obediência maçônica nacional legalmente constituída.

Apesar da precariedade documental, com base no que vimos até agora, pode-se apresentar a seguinte cronologia:

---

<sup>22</sup> CASTELLANI (2001, p.2).

**HISTÓRIA INSTITUCIONAL DA MAÇONARIA BRASILEIRA**

- 1724 – Fundação da “Academia Brasileira dos Esquecidos”;
- 1796 – Fundação, em Pernambuco, do “Areópago de Itambé”;
- 1797 – Fundação da Loja “Cavaleiros da Luz”, na povoação da Barra, Bahia;
- 1800 – Criação, em Niterói, da Loja “União”;
- 1801 – Instalação da Loja “Reunião”, sucessora da “União”;
- 1802 – Criação, na Bahia, da Loja “Virtude e Razão”;
- 1804 – Fundação das Lojas “Constância” e “Filantropia”;
- 1806 – Fechamento, pelo Conde dos Arcos, das Lojas “Constância” e ‘Filantropia”;
- 1807 – Criação da Loja “Virtude e Razão Restaurada”, sucessora da “Virtude e Razão”;
- 1809 – Fundação, em Pernambuco, da Loja “Regeneração”;
- 1812 – Fundação da Loja “Distintiva”, em S. Gonçalo da Praia Grande (Niterói);
- 1813 – Instalação, na Bahia, da Loja “União”;
- 1813 – Fundação de uma Obediência efêmera e sem suporte legal – que alguns consideram como o primeiro “Grande Oriente Brasileiro”.
- 1814 – Fundação das Lojas “Pernambuco do Oriente” e “Pernambuco do Ocidente”;
- 1815 – Fundação, no Rio de Janeiro, da Loja “Comércio e Artes”;
- 1818 – Expedição do Alvará de 30 de março, proibindo o funcionamento das sociedades secretas.
- 1821 – Reinstalação da Loja “Comércio e Artes”, no Rio de Janeiro;
- 1822 – Em 17 de junho: fundação do “Grande Oriente do Brasil”.

## AS PRIMEIRAS POTÊNCIAS BRASILEIRAS



Em 1813 foi instalado na Bahia, o “Grande Oriente Brasileiro”, formado pelas Lojas “Humanidade”, “Virtude e Razão” e “União”, todas elas de Salvador. Este Grande Oriente, no entanto, teve vida efêmera e não possuía nenhum suporte legal das Potências estrangeiras.

Cita-se, também, em vários livros, uma “Grande Loja Provincial” de Pernambuco, formada pelas Lojas “Restauração”, “Patriotismo” e “Guatimozin”, mas não são claras as datas de fundação. Estas Lojas teriam sido fundadas a partir de 1812. Juntamente com estas Lojas foram criadas mais duas “Pernambuco do Oriente” e “Pernambuco do Ocidente”, que teriam sido fundadas pelos negociantes Antônio Gonçalves da Cruz (o Cabugá) e Domingos José Martins depois de 1814<sup>23</sup>.

Às vésperas da Independência, já em 1822, tornava-se premente a necessidade da criação de um Alto Corpo Maçônico 100% Brasileiro; por outro lado, o quadro da Loja “Comércio e Artes” tornara-se demasiadamente grande, e assim, surgiu a ideia de dividi-la em três oficinas, e com estas, de acordo com a praxe, fundar-se a nova Obediência Maçônica.

<sup>23</sup> SPOLADORE (2015, p.20).

Uma Assembleia Geral, realizada a 17 de junho de 1822, desmembrou a Loja e criou as Lojas “Comércio e Artes na Idade do Ouro”, “União e Tranquilidade” e “Esperança” de Niterói, fundando, ao mesmo tempo, o Grande Oriente Brasileiro, o qual, após ostentar várias denominações (“Grande Oriente Brasílico”; “Grande Oriente Brasileiro”), recebeu a de “Grande Oriente do Brasil” (atualmente conhecido como G.O.B.).

Na mesma ocasião foi aclamado o nome de José Bonifácio de Andrada e Silva para ser o Grão-Mestre da nova Potência Maçônica, que iniciou os seus trabalhos no Rito Adonhiramita, adotando, posteriormente, o Rito Moderno, sendo então reconhecida pelo Grande Oriente de França e pelas Grandes Lojas da Inglaterra e dos Estados Unidos<sup>24</sup>.

José Bonifácio foi o primeiro Grão-Mestre da Maçonaria brasileira, cuja primeira Obediência foi o “Grande Oriente Brasílico”, fundado a 17 de junho de 1822. Embora, na época o pensamento dominante dos maçons brasileiros pendesse para a luta pela Independência política do Brasil, já existiam os que, a par dessa luta, preocupavam-se com a situação dos escravos negros. Fechado logo após a Proclamação da Independência, a 25 de outubro de 1822, pelo seu Grão-Mestre na época, o Imperador D. Pedro I, que sucedera a José Bonifácio, o Grande Oriente, agora como “Grande Oriente do Brasil”, ressurgiria em 1831, tendo, novamente, José Bonifácio como seu Grão-Mestre, numa época em que as pressões internacionais, inclusive maçônicas, iam se tornando cada vez mais fortes no sentido de abolir o tráfico de africanos<sup>25</sup>.

D. Pedro I, herdeiro da Coroa Portuguesa, e José Bonifácio, seu primeiro ministro, não mostravam o menor interesse quanto à Independência total do Brasil em relação a Portugal.

---

<sup>24</sup> ASLAN (1997, p.99).

<sup>25</sup> CASTELLANI (1998, p.31-32).

*“[...] Tiveram, todavia, de ceder à imposição dos patriotas, os quais, em número não maior de seiscentos, constituíam, porém, a elite do Brasil da época. Esta elite era toda de maçons, os quais contiveram as ambições de D. Pedro I e de José Bonifácio, os quais vingaram-se, depois da Aclamação de D. Pedro, fechando a Maçonaria”<sup>26</sup>.*

O agitado período de transição de Reino Unido a Portugal e Algarves – existente desde 1815 – para país independente, iria trazer intensas lutas políticas pelo poder, envolvendo o Grande Oriente, já que lá estavam dois grupos que aspiravam à privança do Príncipe Regente D. Pedro – depois Imperador – e que desejavam comandar, politicamente, a jovem nação independente: o grupo do Grão-Mestre do “Grande Oriente” José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro todo-poderoso da Regência e figura internacionalmente conhecida; e o grupo do 1º Grande Vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, político fluminense que era, realmente, a maior liderança maçônica da época, mas não tinha o prestígio nacional e internacional do Andrada<sup>27</sup>.

Nos primeiros dias após a proclamação “oficial” da Independência, em 07 de setembro de 1822, iam adiantadas as escaramuças entre os dois grupos, dentro do “Grande Oriente”, as quais culminariam com o golpe aplicado por Ledo, ao conseguir destituir Bonifácio do Grão-Mestrado, à socapa e fora da Assembleia Geral, empossando D. Pedro no cargo, a 04 de outubro de 1822.

O troco seria no terreno político, com Bonifácio mostrando ao Imperador que a luta da Independência exigia um período de calma política interna, que estava sendo quebrada pelo grupo adversário, com exigências descabidas a D. Pedro de jurar à Constituição ainda não votada e aprovada, e a assinatura de três papéis em branco. Diante disso, enquanto José Bonifácio instaurava processo contra os membros do grupo de Ledo, D. Pedro enviava a este a ordem para fechar o

---

<sup>26</sup> ASLAN (1997, p.52).

<sup>27</sup> CASTELLANI (2001, p.2).

“Grande Oriente”, o que aconteceria a 25 de outubro de 1822<sup>28</sup>.

O “Grande Oriente Brasílico” foi fechado a 25 de outubro de 1822, por ordem de seu segundo Grão-Mestre: D. Pedro I, em função de fatores políticos.

E a Maçonaria obediencial brasileira só ressurgiria a partir de 1830, com dois ramos, oriundos do mesmo tronco original.

Durante praticamente todo o período do 1º Império, as Lojas brasileiras permaneceram em recesso, só começando a ressurgir quando o cenário nacional caminhava para uma grave crise política, que iria levar, a 07 de abril de 1831, à abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho, D. Pedro II, então com pouco mais de cinco de idade, ao qual, alguns dias depois, ele escreveria uma carta, como se adulto fosse o herdeiro, plena de dramaticidade<sup>29</sup>.

O embarque de D. Pedro I realizou-se a 07 de abril de 1831, no mesmo dia em que abdicara a favor de seu filho D. Pedro II; e a Maçonaria, que até então permanecera oculta, ressurgiu vigorosa e pujante, reiniciando as suas atividades à luz do dia.

Portanto, depois da abdicação de D. Pedro I, ressurgiu o Grande Oriente Brasileiro e logo depois, ainda em 1831, foi reinstalado o “Grande Oriente do Brasil”, sendo novamente eleito para Grão-Mestre José Bonifácio de Andrada e Silva, em novembro desse ano<sup>30</sup>.

Em 1830 foi fundado o “Grande Oriente Nacional Brasileiro”, o qual, ao ser oficialmente instalado, a 24 de junho de 1831, passou a se chamar, simplesmente, “Grande Oriente Brasileiro”, também conhecido, inicialmente, por “Grande Oriente da Rua de Santo Antônio” e depois, por “Grande Oriente do Passeio”, em alusão ao local em que se instalou.

---

<sup>28</sup> CASTELLANI (2001, p.2).

<sup>29</sup> CASTELLANI (2001, p.2).

<sup>30</sup> ASLAN (1997, p.52).

Ele foi formado, inicialmente pelas Lojas “União”, “Vigilância da Pátria” e “Sete de Abril”, às quais logo se juntou a “Razão” de Cuiabá (MT).

A sua primeira administração tinha homens de peso no cenário nacional: Nicolau de Campos Vergueiro (Senador) como Grão-Mestre; Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) como Grande Orador; e padre Belchior Pinheiro de Oliveira como Grande Secretário.

Sobre o “Grande Oriente do Passeio”, Nicola Aslan<sup>31</sup> esclarece que:

*“Em 1831 foi instalado o Grande Oriente Brasileiro. Tendo Iniciado as suas atividades na Rua Santo Antônio, este ‘Grande Oriente’ mudou-se, no ano seguinte, para local mais amplo, na Rua do Passeio nº 36; daí as suas denominações de ‘Grande Oriente de Santo Antônio’ e ‘Grande Oriente do Passeio’. Teve como primeiro Grão-Mestre o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, um dos três regentes provisórios nomeados depois da abdicação de D. Pedro I. Tendo Iniciado os seus trabalhos no Rito Moderno, adotou, posteriormente, o Rito Escocês Antigo e Aceito”.*

Ao que José Castellani<sup>32</sup> complementa:

*A administração do ‘Grande Oriente Brasileiro’, ou do ‘Passeio’, tinha homens de grande envergadura e de peso político-social em seus quadros, como o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, seu Grão-Mestre; Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), como seu Grande Orador; e padre Belchior Pinheiro de Oliveira, como Grande Secretário.*

*Em 1831, então, ressurgia a Maçonaria brasileira, com a criação do “Grande Oriente Nacional Brasileiro”, o qual ficou também conhecido como “Grande Oriente da Rua de Santo Antônio” e, posteriormente, “Grande Oriente do Passeio”, em alusão aos locais em que se instalou, no Rio de Janeiro.*

---

<sup>31</sup> ASLAN (1997, p.100-101).

<sup>32</sup> CASTELLANI (2001, p.2-3).

*Embora fundado, em 1830, antes da abdicação de D. Pedro I, o “Grande Oriente do Passeio” viria a ser instalado oficialmente a 24 de junho de 1831, quando passou a se denominar apenas “Grande Oriente Brasileiro”, que era formado pelas Lojas “União”, “Vigilância da Pátria” e “Sete de Abril”, às quais logo se juntou a “Razão”, de Cuiabá.*

Apesar de um grande surto evolutivo inicial, o “Grande Oriente do Passeio” acabou entrando em declínio, vindo a desaparecer cerca de 30 anos depois, sendo, suas Lojas e obreiros, absorvidos pelo “Grande Oriente do Brasil”<sup>33</sup>.

O “Grande Oriente do Brasil”, sucessor do “Brasílico”, foi reinstalado a 23 de novembro de 1831, tendo, novamente, José Bonifácio como Grão-Mestre, o qual, no início de 1832, lançava um Manifesto do “Grande Oriente do Brasil”, comunicando o reerguimento da Obediência, aos maçons e às demais Obediências de todo o mundo.

Os remanescentes do “Grande Oriente Brasílico”, todavia, verificando que, após o 07 de abril, havia um clima de maior liberdade política, que seria propício aos trabalhos maçônicos, reuniram-se em outubro de 1831, para deliberações, reinstalando os três primeiros quadros no *3º dia do 9º mês do Ano da Verdadeira Luz de 5831*, ou seja, 23 de novembro de 1831, da *Era Vulgar*.

Para que esse ato fosse legalizado, os primeiros Oficiais do “Brasílico” reuniram-se em Grande Loja – o corpo administrativo – juntamente com primeiro Grão-Mestre nomeado, sob a determinação de que todos só serviriam provisoriamente, até que fosse concluída a Constituição do “Grande Oriente do Brasil”, sucessor do “Brasílico”, ou “Brasiliano”.

Sobre esse Grande Oriente, Nicola Aslan<sup>34</sup> traz mais informações:

---

<sup>33</sup> CASTELLANI (1998, p.45).

<sup>34</sup> ASLAN (1997, p.101).

*Finalmente, com o regresso do exílio de José Bonifácio e seus irmãos, foi oficialmente reinstalado o “Grande Oriente do Brasil”, a 23 de novembro de 1831. No ano seguinte, assinado por José Bonifácio como Grão-Mestre, foi dado a público um manifesto sem data. Nele se comunicava aos maçons espalhados pela superfície da Terra a restauração do “Grande Oriente do Brasil”, ao mesmo tempo em que um apelo era dirigido aos maçons brasileiros para que se unissem sob a jurisdição do primeiro “Grande Oriente do Brasil”.*

Com o reaparecimento da Maçonaria em terras brasileiras, iniciava-se, porém, um período bastante difícil e confuso. Fundavam-se Lojas, que se agrupavam em Grandes Orientes, os quais surgiam e se desfaziam continuamente.

O aparecimento de Supremos Conselhos do Rito Escocês Antigo e Aceito veio trazer o seu contingente de motivos para o surgimento de novos Altos Corpos híbridos que se fundiam e se separavam sem cessar.

Foi um reflorescimento espontâneo, porém caótico, à semelhança do acontecido na Europa, no séc. XVIII. Foi também o período em que o “Grande Oriente do Brasil” adquiriu personalidade própria e sua estrutura administrativa. Foi o período em que se fixou a orientação que havia de transformá-lo na maior Potência Simbólica do mundo latino<sup>35</sup>.

As duas Obediências Maçônicas passavam, evidentemente, a disputar a posição de legítima sucessora do “Grande Oriente Brasílico”. O “Grande Oriente Brasileiro”, ou do “Passeio”, fora fundado, na realidade, por muitos maçons remanescentes dos quadros do “Grande Oriente” de 1822, que o consideravam extinto. Quando antigos dignitários do antigo “Brasílico” resolveram reinstalá-lo como “Grande Oriente do Brasil”, muitos dos maçons e Lojas deixaram o “Passeio” e aderiram a ele.

---

<sup>35</sup> ASLAN (1997, p.100).

Algum tempo depois, ou seja, no início de 1832, era lançado, com a assinatura do Grão-Mestre José Bonifácio e sem data, um manifesto do “Grande Oriente do Brasil”, dirigido às demais Potências Maçônicas do mundo. O manifesto de 1832 contém um convite aos maçons do “Passeio”, para que todos se reunissem sob uma só bandeira.

O convite, todavia, foi recusado, por diversos motivos, um deles fundamental: o círculo do “Passeio” detinha a primazia da restauração do sistema obediencial no Brasil e não reconhecia o “Grande Oriente do Brasil” como legal, porque José Bonifácio, que deixara de ser Grão-Mestre em 1822, não poderia reaparecer no cargo, caso tivesse ocorrido uma simples suspensão dos trabalhos, seguida de um recomeço.

Na realidade, quando Bonifácio foi alijado, em 1822, para dar lugar a D. Pedro, o Delegado Grão-Mestre era o Brigadeiro Luiz Pereira da Nóbrega, nomeado a 17 de agosto; e o 1º Grande Vigilante era Ledo, completando a linha de sucessão, na ausência de D. Pedro<sup>36</sup>.

Em paralelo a isso, a 12 de novembro de 1832 era instalado, no Rio de Janeiro, o “Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito para o Império do Brasil” com poderes outorgados a Francisco Gê de Acayaba de Montezuma pelo “Supremo Conselho dos Países Baixos”<sup>37</sup>, como se pode ver em circular, emitida a 9 de fevereiro de 1833.

Seu fundador, Francisco Gomes Brandão, futuro Visconde de Jequitinhonha, havia adotado o nome nativista de Francisco Gê Acayaba de Montezuma. O “Supremo Conselho do Grau 33” do Brasil foi criado com patente concedida pelo “Supremo Conselho dos Países Baixos”, emitida mais de três anos antes, a 12 de março de 1829<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> CASTELLANI (2001, p.3).

<sup>37</sup> ASLAN (1997, p.101).

<sup>38</sup> CASTELLANI (2001, p.4).

A 1º de dezembro de 1840, num fato importante para a história posterior do “Grande Oriente do Brasil”: assumia o cargo de Soberano Grande Comendador o Conde de Lages, João Vieira de Carvalho que dirigiu o Supremo Conselho durante quase sete anos, com atuação importante na história da Oficina Chefe do Rito. Nessa época, o “Grande Oriente do Passeio” começava a conhecer um período de declínio, o que o faria perder diversas Lojas para o “Grande Oriente do Brasil”. Isso o levaria a uma maior aproximação com o “Supremo Conselho”, que também estava em fase de declínio, precipitando a fusão que ocorreria logo depois.

A 12 de janeiro de 1842 era sancionada uma nova Constituição do “Grande Oriente do Brasil”, em termos bastante liberais e tolerantes, incluídos no sentido de atrair as Lojas que estivessem fora da jurisdição, o que acabaria acontecendo, pois, nessa época, várias Lojas deixavam o “Passeio” e filiavam-se ao “Grande Oriente do Brasil”.

Ainda em 1842, na metade do ano, o “Grande Oriente do Brasil” instalava-se no prédio da Rua do Lavradio, depois de reformas, já que o edifício, originariamente, era destinado a abrigar um teatro.

E ali ficaria o “Grande Oriente do Brasil”, até 1979, quando foi feita a sua mudança para Brasília, a nova Capital Federal<sup>39</sup>. Por conta disso, passaria também a ser conhecido como “Grande Oriente do Lavradio”.

Em 1861 o “Grande Oriente do Brasil”, ou do “Lavradio”, contava com 63 Lojas e 46 Capítulos<sup>40</sup> sob a sua jurisdição.

Em 1863, com a participação de 07 Lojas saídas do “Grande Oriente do Brasil”, Saldanha Marinho fundou uma nova corporação com a denominação de “Grande Oriente dos Beneditinos”, do qual foi Grão-Mestre<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> CASTELLANI (2001, p.5).

<sup>40</sup> ASLAN (1997, p.101).

<sup>41</sup> GOMES (1975, p.113).

Nicola Aslan<sup>42</sup> assim se refere a esse histórico momento:

*“Em 1863, durante o Grão-Mestrado do Barão de Cairu, sete Lojas romperam com o ‘Grande Oriente do Brasil’, formando um novo Grande Oriente, o dos ‘Beneditinos’, que elegeu para Grão-Mestre o Dr. Joaquim Saldanha Marinho, o célebre ‘Ganganelli’”.*

Em 1880, nas eleições realizadas a 15 de março, Rio Branco e Francisco José Cardoso Júnior eram reconduzidos aos seus cargos no “Grande Oriente”, mas a Obediência seria dirigida, praticamente, pelo Adjunto, pois Rio Branco, cada vez mais debilitado, não tinha condições físicas para exercer novamente o cargo, vindo a falecer a 1º de novembro do mesmo ano.

O Grande Oriente e Supremo Conselho decretaram luto de 21 dias e todas as Oficinas suspenderam seus trabalhos, em respeito a um dos mais excepcionais Soberanos Grandes Comendadores e Grão-Mestres que tiveram.



O Boletim Oficial do “Grande Oriente do Brasil”, em seu nº 10, do 9º Ano, referente a outubro de 1880, mas publicado em novembro do mesmo ano, à página 399, trazia, tarjada de negro, a seguinte nota, em homenagem a Rio Branco:

---

<sup>42</sup> ASLAN (1997, p.101).

**À ÚLTIMA HORA**

*Ao morto – paz eterna!*

*MMaç.: do Lavradio, em pé e à ord.:.*

*Curvai a frente aos insondáveis decretos do Supr.: Ar.: do Univ.:! Cubri de crepe vossos estandartes! Chorai, Filhos da Viúva! O Mestre dos Mestres desatou o avental do trabalho, depôs a trolha, o malho, o cinzel, o compasso e o esquadro, e foi descansar das lides mundanas. O Visconde do Rio Branco, sétimo Sob.: Gr.: Mest.: Gr.: Com.: do Gr.: Or.: e Supr.: Cons.: do Brasil, ao Val.: do Lavradio, no dia 1º de novembro, às 7 horas e 5 minutos da tarde, entregou a alma ao Criador dos Mundos. Dez anos, sete meses e um dia, esse venerando Maç.: nos chamou ao trabalho e guiou-nos na senda do justo e do honesto. A senda por ele traçada, seja por nós sempre trilhada. Agora, de joelhos MMAç.:! E contritos, deixemos passar o cadáver do extremoso filho que, desde as margens do Guanabara às do Prata, o Brasil inteiro pranteia<sup>43</sup>.*

**OS GRANDES ORIENTES INDEPENDENTES**

No final de 1882, começaria a chegar ao fim a cisão na Maçonaria Brasileira, com a fusão das duas Obediências em que ela se dividia. Saldanha Marinho, doente e cansado, vendo o esvaziamento de suas Lojas e sem poder comandar, convenientemente, o seu “Grande Oriente Unido”, pedira demissão de seu cargo, a 30 de março de 1882, incentivando, inclusive, a fusão, cujas negociações foram aceleradas a partir do momento em que o “Supremo Conselho” da jurisdição Norte dos Estados Unidos da América, em junho daquele ano, reconhecia o “Grande Oriente do Brasil”.

---

<sup>43</sup> CASTELLANI (2001, p.35-36).

Desta maneira, a 18 de dezembro, era considerado extinto o “Grande Oriente Unido” (antigo dos “Beneditinos”), oficializando-se a fusão trinta dias depois, ou seja, a 18 de janeiro de 1883, ficando uma Obediência única, sob o título original de “Grande Oriente do Brasil”, com seu Supremo Conselho.

Sediado no Rio de Janeiro, o “Grande Oriente do Brasil” desde logo se viu envolvido com inúmeras queixas por mau atendimento e descaso para com inúmeras Lojas pelo Brasil afora, seja em consequência da dificuldade de comunicação, dadas as enormes distâncias, ou por desinteresse puro e simples. No auge da insatisfação, em 1893, os obreiros do oriente de São Paulo declararam a Independência da Maçonaria naquele estado, fundando o primeiro “Grande Oriente Independente”. Em seguida, deste importante acontecimento foi dado conhecimento, via telegrama, aos demais estados da Federação.

No Rio Grande do Sul, o maçom Múcio Teixeira, de Porto Alegre, logo se entusiasmou pela ideia de promover procedimento idêntico, visto que as queixas dos maçons gaúchos em relação ao “Grande Oriente do Brasil” não eram menores do que as dos paulistas. Obtendo o apoio dos maçons Luiz Afonso de Azambuja e Maciel Sobrinho e juntamente com eles redigiu um manifesto, com data de 05 de junho de 1893, para ser lido e debatido nas Lojas do estado, no qual defendia a Independência da Maçonaria Gaúcha.

Esse manifesto foi o ponto de partida para a criação do “Grande Oriente do Rio Grande do Sul”, que teve lugar na sessão histórica de 14 de outubro de 1893.

E assim, em meio à Revolução Federalista (1893-1895), foi criada uma Potência Maçônica que, ao mesmo tempo em que atendia ao clamor dos maçons locais frente ao desprezo do poder central, no Rio de Janeiro, também – e principalmente – era peça-chave para a pacificação de uma sociedade que assistia estarecida à mais sangrenta luta ocorrida no Estado e que ficaria conhecida, mais tarde, como “*Revolução da Degola*”.

A organização da Ordem Maçônica local e o fim do fratricídio gaúcho aconteceram no mesmo período. E isto não foi por acaso. A sociedade gaúcha estava convulsionada. Achava-se dividida entre duas correntes, como nos conta a História, sem perspectivas de uma solução pacífica. Tal acirramento entre essas correntes transbordou para dentro dos Templos Maçônicos. Naquele momento, não havia como deixar de discutir a situação em que se encontrava a política do Rio Grande. Era imperiosa alguma ação que mudasse completamente o rumo dos acontecimentos. Foi então que maçons como Múcio Teixeira, Luiz Afonso de Azambuja, Maciel Sobrinho e Antunes Ribas – figuras com a firmeza e a fraternidade necessárias para liderarem homens livres – assumiram a nobre tarefa, não só de criar, organizar, afirmar e dirigir uma novel instituição maçônica legal, legítima e autônoma; mas principalmente a de apaziguar e congregar os Irmãos, tanto dentro dos Templos, como na sociedade profana. O momento e as circunstâncias pediam, e o Grande Oriente do Rio Grande do Sul foi a resposta perfeita ao sentimento de orfandade dos maçons e do povo gaúcho em relação ao centro do país<sup>44</sup>.

E então, as Lojas “Luz e Ordem”, “Progresso da Humanidade” e “Orientação” – todas as três ainda ativas – mais as Lojas “Luz e Progresso”, “Cruzeiro do Sul”, “Hiram” e “Autonomia” – todas de Porto Alegre – fundaram, em 14 de outubro de 1893, o G.O.R.G.S. (Grande Oriente do Rio Grande do Sul), após os trâmites legais que se desenrolavam desde junho daquele ano.



<sup>44</sup> O DELTA (2017, p.27 – edição nº 09/2017).

Hoje, praticamente todos os estados brasileiros possuem seus respectivos “Grandes Orientes”, que embora sejam potências maçônicas autônomas e independentes, comungam dos mesmos princípios, leis e regularidade que regem e regulam a Maçonaria Universal.

Atualmente, a Maçonaria brasileira regular divide-se em:

- G.O.B.: “Grande Oriente do Brasil”.
- Grandes Lojas (C.M.S.B.).
- Grandes Orientes Independentes (C.O.M.A.B.).

Desvende mais sobre a “*Maçônica História do Brasil*” nos nossos próximos trabalhos...



Acesse outros trabalhos do autor:

<https://marsonalquati.wixsite.com/entrecolunas>

## **BIBLIOGRAFIA**

ARÃO, Manoel. ***História da Maçonaria no Brasil***. Recife, PE: Ed. Independente, 1926.

ASLAN, Nicola. ***História Geral da Maçonaria***. Londrina, PR: A Trolha, 1998.

ASLAN, Nicola. ***Uma Radioscopia da Maçonaria***. Londrina, PR: A Trolha, 1997.

BRANCO, Barão do Rio. ***Efemérides Brasileiras***. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1938.

CARVALHO, Willian Almeida de. ***Pequena História da Maçonaria no Brasil***. Site Biblioteca Digital. Disponível em: < <https://bibliot3ca.wordpress.com/pequena-historia-da-maconaria-no-brasil-william-almeida-de-carvalho/> >. Acessado em 08/02/2016.

CASTELLANI, José. ***Os Maçons e a Abolição da Escravatura***. Londrina, PR: A Trolha, 1998.

CASTELLANI, José. ***A Maçonaria Brasileira na Década da Abolição e da República***. Londrina, PR: A Trolha, 2001.

CORDEIRO, Vital Lopes ***A Influência Política da Maçonaria no Período Pré-independência do Brasil***. Brasília, DF: Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, 2008.

COSTA, Frederico Guilherme. ***A Maçonaria e a Emancipação do Escravo***. Londrina, PR: Editora "A Trolha", 1999.

D'ALBUQUERQUE, Arci Tenório. ***A Maçonaria e a Independência do Brasil***. 3ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1971.

GOMES, Manoel. ***A Maçonaria na História do Brasil***. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1975.

LINHARES, Marcelo. ***História da Maçonaria: Primitiva, Operativa e Especulativa***. 2ª Edição. Londrina, PR: A Trolha, 1997.

O DELTA, Grande Oriente do Rio Grande do Sul. ***Maçonaria 300 anos. O que celebramos?*** Revista "O Delta" edição nº 09/2017. Porto Alegre, RS: Grande Oriente do Rio Grande do Sul, 2017.

PONTES, Márcio Antonio Silva. ***O Contributo da Maçonaria Para a Abolição da Escravatura***. Rio de Janeiro, RJ: PUC, 2010.

PROBER, Kurt. **Cadastro Geral das Lojas Maçônicas**. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1975.

SPOLADORE, Hércule. **O Areópago de Itambé e sua Influência nas Revoluções Brasileiras**. Florianópolis, SC: in: Informativo JB News - Informativo nº 1837. Disponível em: < [http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb\\_news-informativo\\_nr\\_1837.pdf](http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1837.pdf) >. Acessado em: 15/10/2015.

SPOLADORE, Hércule. **A República: Como Foi Proclamada**. Florianópolis, SC: Informativo JB News – Inform. nº 1615. Disponível: < [http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb\\_news-informativo\\_nr\\_1615.pdf](http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1615.pdf) >. Acessado em: 15/03/2015.

VASCONCELOS, Salomão de. **O Fico, Minas e os Mineiros da Independência**. Belo Horizonte, MG: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1972.